

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**MELLO, Evaldo Cabral de** (Recife, 1936)

Evaldo José Cabral de Mello nasceu em Recife (Pernambuco, Nordeste brasileiro), em 20 de janeiro de 1936. Diplomata aposentado, é o mais novo dos sete filhos do casamento entre Luiz Antônio Cabral de Mello (bacharel em Direito e membro da Associação de Imprensa de Pernambuco) e Carmen Carneiro Leão Cabral de Mello. Ele construiu trajetória de prestígio nacional e internacional como historiador especialmente ao pesquisar o chamado “Brasil holandês” e o processo de independência e de formação do império brasileiro, a partir de uma leitura da história regional (Zona da Mata nordestina).

Tornou-se sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde 1987. Historiador sem formação universitária, obteve em 1992 o título de Notório Saber em História concedido pela Universidade de São Paulo (USP) e, em 2014, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), assumindo em 2015 a cadeira de nº 34 desta instituição, sucedendo a João Ubaldo Ribeiro.

A narrativa singular e inovadora, de contribuição original, em obras que orbitam entre história econômica, história social e das mentalidades foram destacadas na recomendação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para que a USP concedesse o título de Notório Saber em História, quando o historiador já contava com quatro livros publicados e possuía diversos artigos em periódicos. Este reconhecimento científico concedeu *status* de grau de doutor a Evaldo Cabral de Mello e possibilitou que ele ministrasse aulas em cursos de pós-graduação e compusesse bancas de avaliação de dissertações de mestrado e teses de doutorado na USP. No entanto, o historiador atuou apenas por curtíssimo período como professor visitante naquela universidade. Não desejou seguir carreira docente por não se sentir confortável em lecionar e por não ver interesse em assumir outras obrigações acadêmicas.

Quanto à origem social, é descendente de grandes proprietários rurais pernambucanos, dos chamados “nobres da terra”, elite colonial que tanto permeia o conjunto da obra do historiador. Parte de seus familiares recebeu títulos honoríficos e cargos de governo no Império brasileiro. Evaldo Cabral de Mello cresceu ouvindo histórias sobre os engenhos de açúcar. Estas conversas eram carregadas de memórias sobre o nativismo pernambucano que teria sido forjado ao longo de diversos eventos em que Pernambuco foi palco, desde a ocupação e posterior expulsão dos holandeses (1630-1654) à Confederação do Equador (1824). E foi justamente o Nordeste açucareiro – com suas personagens de carne e osso envoltas em disputas e arranjos



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de poder político e econômico em torno das riquezas produzidas na Zona da Mata da então América Portuguesa dos séculos XVI ao XIX, concatenados ao complexo jogo geopolítico europeu – que passaria a ser o principal objeto de pesquisa do historiador Evaldo Cabral de Mello.

Tendo, portanto, a Zona da Mata pernambucana como foco, região que abrangia também a uma parte correspondente aos territórios de Alagoas e outra da Paraíba, Evaldo Cabral de Mello reconstituiu eventos que envolviam especialmente a aristocracia pernambucana (“açucarocracia”). A partir das tramas e enredos locais, sem se deixar seduzir pelo provincianismo, confrontou o que julga ser o “imperialismo historiográfico” do Rio de Janeiro ou Centro-Sul brasileiro. Tal “discurso Saquarema” apresentaria, segundo Cabral de Mello, leituras que interessavam ao centro de poder do império brasileiro, o que marginalizaria praticamente outras regiões que resultaram mais tarde em unidade chamada Brasil. Suas obras colocaram o Nordeste (ou Norte, como a região era chamada antigamente) como ponto privilegiado de estudo, ampliando a observação de eventos históricos regionais de impacto no Brasil colonial, em um contexto bem mais amplo. Assim, dissecou o objeto estudado extrapolando as fronteiras da então América portuguesa, expondo o confronto entre os interesses da açucarocracia e os de outras elites do centro do império. Ao mesmo tempo, dialeticamente, mostrou o uso político do discurso nativista pernambucano, produzido pelas elites locais para consecução de benesses e manutenção do poder regional.

Evaldo Cabral de Mello sempre viveu em ambiente urbano, tendo morado até os 18 anos apenas em Recife. Estimulado ao mundo da leitura desde cedo, aos quatro anos se encantou por *O touro Ferdinando* (tradução de *The story of Ferdinand*, de Munro Leaf, EUA, 1936). Hoje um clássico da literatura infantil mundial, a história o marcaria por toda a vida, por tê-lo feito enxergar a existência de dois tipos de pessoas, umas agitadas, outras reflexivas e criadoras, associação que ele fizera aos “vinte e tantos anos” ao ler o filósofo Ortega y Gasset (In M. Hélio, “*Eles se detestavam*”, 2002, p. 14). Foi o único entre os irmãos que não chegou a vivenciar o cotidiano de um engenho, o que lhe causava frustração. Talvez por isso, Evaldo Cabral de Mello foi impactado na adolescência pela leitura de *Fogo morto* (1943), de José Lins do Rego, romance sobre a decadência dos senhores de engenho, realidade que também afetou a família. A obra despertou nele o gosto pela escrita e isso até o fez pensar em enveredar na carreira de escritor de ficção. (L.M. Schwarcz e H.M Starling, *Três vezes Brasil*, 2019).

Ainda adolescente, leu *Tempo dos Flamengos* (1947), do primo historiador José Antônio Gonsalves de Mello. E foi ali, com o início de convívio com este pesquisador – um dos mais importantes especialistas sobre a presença holandesa na Zona da Mata pernambucana, que o incentivou ainda a aprender o holandês seiscentista – que foi fundamentalmente influenciado a fazer estudos historiográficos e iniciar publicações na área. O interesse em pesquisar o Brasil (Pernambuco, em específico) e o gosto pela literatura foram movidos também por outros parentes próximos, como o primo Gilberto Freyre, que prefaciou o ensaio *Aspectos da descaracterização do Recife* (1951), editado pelo Grêmio Literário Ruy Barbosa, quando Evaldo Cabral de Mello tinha 15 anos. Nesta obra, o jovem autor mostrava preocupação com a forma rápida que a cidade se



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

desenvolvia sem preservar o patrimônio arquitetônico e aspectos ecológicos. No ano seguinte, outro opúsculo sairia no mesmo sentido: *Recife – uma introdução ao estudo das suas formas e das suas cores* (1952), pela editora Região. Estes escritos mostravam proximidade de pensamento de Evaldo Cabral de Mello com Gilberto Freyre, uma afinidade que não perduraria na etapa madura do historiador segundo ele mesmo afirmou em entrevista (R. Bertol, *Peripécias de Evaldo Cabral*, 2003). Já o poeta e diplomata João Cabral de Melo Neto (1920-1999), irmão mais velho de Evaldo Cabral de Mello, mais o influenciou na escolha da profissão que iria seguir no serviço público do que no interesse pela literatura e pela apurada narrativa que marcaria sua trajetória enquanto historiador.

Além do ambiente em que cresceu – e dos laços familiares com notáveis da intelectualidade – foram cruciais para a sua formação as viagens que ele fez. Os estudos secundários foram nos colégios Oswaldo Cruz, Ginásio da Madalena e Carneiro Leão, em Recife. Em complementação, a partir de uma bolsa de estudo do Instituto de Cultura Hispânica em 1955, frequentou cadeiras da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madri. Pequena parte de sua estada na Espanha foi na casa de João Cabral de Melo Neto, que exercia função diplomática por lá. Quando a bolsa acabou, conseguiu com o pai mais um ano de estudos em Londres, onde teve contato com a obra de historiadores ingleses como Arnold Toynbee. A experiência na Europa fez com que ele visse a carreira diplomática como alternativa de profissionalização, o que representava seguir os mesmos passos do irmão mais velho. Para isso, em 1960, ingressou, via concurso, no curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Concluído o curso em 1962, ingressou em uma profissão que lhe deu estabilidade financeira e abriu diversas portas para atuar como pesquisador nas horas vagas, com acesso facilitado às bibliotecas e aos ricos arquivos públicos nos países por onde passou como diplomata, até se aposentar em 1995, no Rio de Janeiro. Evaldo Cabral de Mello, portanto, faz parte de uma seleta lista de brasileiros que exerceram função pública diplomática e foram historiadores, como Francisco Adolfo de Varnhagen, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, o Joaquim Nabuco, sobre quem, mais tarde, iria dedicar estudos e organizar livro, Manoel de Oliveira Lima e o contemporâneo Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Com a nomeação ao cargo público de carreira diplomática em 1962, atuou na Divisão das Nações Unidas no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), e foi assessor da Secretaria Geral de Política Exterior e oficial do gabinete ministerial, até 1964. Após o golpe que instaurou a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, e por não ter aproximação política com organizações de esquerda (ao contrário do irmão, João Cabral de Melo Neto, que temporariamente chegou a perder o emprego por ter relações com o Partido Comunista Brasileiro, uma década antes), exerceu postos de confiança como o de assessor do ministro do Planejamento, Roberto Oliveira Campos, até 1965. Saiu deste ministério para ser Segundo Secretário na Embaixada em Washington (EUA) por dois anos. Antes de deixar o Brasil, temeroso de que a capital norte-americana fosse entediante, adquiriu diversas obras historiográficas sobre a permanência dos holandeses na América portuguesa e sobre a guerra brasílica que resultou na restauração pernambucana. De Washington, partiu



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

para Nova Iorque, para ocupar até 1970 o cargo de segundo secretário da Missão do Brasil junto à ONU. Neste ínterim, leu *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Felipe II* (1949), de Fernand Braudel. A obra, por certo, dentre outras coisas, inspirou Evaldo Cabral de Mello no esforço de ser visto como historiador não pertencente a alguma corrente teórico-metodológica: “Para quem se via acuado entre a historiografia convencional, a vulgata marxista e o sociologismo, a leitura de Braudel foi uma autêntica libertação. Ali estava finalmente um historiador que nem tinha o ranço de uma nem o reducionismo da outra nem o doutrinário da terceira; e que, munido dos instrumentos da erudição mais recente, era capaz, como os grandes historiadores do século 19, de dar corpo, alma e vida a largas fatias do passado” (*Um imenso Portugal...*, 2002, p. 302).

Em Washington, usufruiu dos acervos da Library of Congress. E em Nova Iorque, frequentou a New York Public Library e a Dag Hammarskjöld Library (da sede da ONU). Tais bibliotecas ofereceram fontes subsidiárias à escrita do primeiro livro da fase adulta do historiador: *Olinda Restaurada – guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, publicada em 1975. Para fazer esta obra, a nomeação do diplomata para funções na Europa foi imprescindível. Ao partir para a Delegação do Brasil em Genebra, em 1970, o mês que lhe fora concedido para a mudança de país foi utilizado para pesquisar fontes manuscritas em Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da Ajuda e a Biblioteca Nacional de Lisboa). Em 1973, ao retornar ao Brasil, pesquisou material de origem neerlandesa na coleção José Higino (do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano) e documentos relativos ao período holandês pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Evaldo Cabral de Mello tinha 39 anos ao lançar *Olinda restaurada*. A obra publicada pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp/Forense) teve grande impacto historiográfico e conquistou não apenas notoriedade nacional, com o Prêmio Joaquim Nabuco de História, da Academia Brasileira de Letras – ABL, de 1976. Também no mesmo ano, o livro lhe rendeu reconhecimento acadêmico internacional, ao receber resenhas críticas positivas de historiadores renomados como Stuart B. Schwartz e Charles R. Boxer, publicadas respectivamente em Oxford University Press e em Duke University Press. Boxer, um britânico até então considerado o maior especialista sobre os holandeses na América portuguesa, havia inclusive sugerido ao final da década de 1960 uma moratória sobre os estudos relativos à temática, ao julgar que já haviam sido escritas obras valiosas suficientes em torno do período, segundo a resenha de Stuart Schwartz (1976).

*Olinda restaurada*, aos olhos do brasilianista norte-americano Stuart Schwartz, seria o primeiro livro de um “sexteto pernambucano” relacionado ao período colonial (S. Schwartz, In L.M. Schwarcz, *Leituras críticas...*, 2008). Iriam compor esta coleção as obras *Rubro veio - O imaginário da restauração pernambucana* (1986); *O nome e o sangue - Uma parábola genealógica no Pernambuco colonial* (1989); *A fronda dos mazombos - Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715* (de 1995, vencedora do Prêmio José Ermírio de Moraes, da Academia Brasileira de Letras no ano seguinte); *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669* (1998); e *A outra Independência - o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* (2004).



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Parte do sexteto foi comparada com a trilogia sobre o Brasil colonial produzida por Charles Boxer no final dos anos 1960, tanto com relação ao recorte temporal, quanto à ênfase na temática da guerra contra os holandeses: “Da mesma forma que Evaldo, Boxer também tinha gosto pela narrativa e acreditava ser possível reconstruir o passado de maneira acurada. Por outro lado, interessava-se menos que seu colega pela criação de uma consciência histórica, ou imaginário, e na capacidade de tal consciência de influenciar eventos e ter implicações políticas” (*Idem*, p.15).

A influência da historiografia francesa se deu com leituras essenciais dos *Annales* e através do contato direto com alguns de seus expressivos nomes, em sala de aula. No início dos anos 1980, ao aproveitar o período em que foi Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Paris (1979-1984) para investir em sua formação de pesquisador, inscreveu-se em cursos livres no Collège de France e com isso frequentou aulas de Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie. Com o primeiro, por exemplo, diz ter aprendido o conceito de imaginário em história (in *Três vezes Brasil, op. cit.*, p. 143). No entanto, Evaldo Cabral de Mello sempre reivindica a importância da historiografia inglesa em seu fazer historiográfico: “A despeito da alta qualidade da historiografia francesa atual, há que se ter o pé atrás relativamente às propensões às vezes talvez demasiado teorizantes dos franceses. Como antídoto, nada como a leitura de um bom historiador inglês, tipo John H. Elliott ou Charles Boxer, pois os ingleses têm uma vocação empiricista que está mais próxima do ofício de historiar, pois, no fundo, queira ou não, o historiador é um nominalista que muitas vezes não ousa admitir seu nominalismo, e não um produtor de grandes teorias explicativas do passado, como frequentemente se exige dele” (E.C de Mello, In T.C.P. Miranda, *Conversas do Recife, em Lisboa*, 1990, p. 142).

Evaldo Cabral de Mello sempre tentou fugir de rótulos e afirmou não gostar de “ismos” da moda, mas na entrevista acima, uma das primeiras concedidas sobre seu fazer historiográfico, quando ocupava a função de Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa, não se esquivou do exercício de autodefinição: “O historiador é o sabotador nato do sociólogo, do antropólogo, do economista (...). Se eu tivesse que me definir epistemologicamente, usaria a fórmula, hoje completamente esquecida e fora de moda, criada por Georges Gurvitch nos anos cinquenta: a de ‘hiper-empirismo dialético’” (*Idem*, p. 142).

Desconfiado quanto ao uso da interdisciplinaridade no historiar, ao tomar posse na cadeira nº 34 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 2015, Evaldo Cabral de Mello questionou se “o próprio êxito da cooperação entre a história e as ciências humanas incita a indagar se ela não se teria transformado em orgia. A despeito do enriquecimento da explicação e da compreensão históricas, a colaboração interdisciplinar pode acarretar efeitos colaterais quando praticada sem espírito suficientemente crítico. A diferença entre a história e as ciências humanas é inclusive de recursos expressivos, ou de retórica, para empregar no bom sentido o termo nobre que o uso prolongado perverteu. Registros fundamentais da experiência humana, a narratividade e a diacronia constituem o núcleo irreduzível do discurso historiográfico. Por maior que venha a ser o progresso das ciências humanas, sempre haverá a necessidade incoercível de tratar o passado em função do que se



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

passou e não em função de leis ou de teorias gerais ou de grandes conceitos teóricos” (*Discurso de posse*, 2015).

Depois de *Olinda restaurada*, o livro mais analítico do autor, Evaldo Cabral de Mello lançou em 1984 *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*, quando a partir de então nota-se uma maior preocupação do autor com a narrativa. No percurso de historiar, e a partir da síntese que fez da leitura das historiografias francesa e inglesa, Cabral de Mello defendeu que, apesar do estatuto científico da história, ela também é um gênero literário, e que o historiador deveria se preocupar em atingir outros públicos que não o pertencente ao mundo acadêmico ou de especialistas.

Dessa cada vez maior preocupação com a narrativa depreende-se a construção textual de *Rubro Veio...* (1986). Ainda fruto das descobertas intelectuais que fizera em Paris, tal obra foi concluída em Lima, Peru, quando trabalhou na Embaixada brasileira (1984-1986). Ao assumir de 1987 a 1991 o posto de Cônsul Geral do Brasil em Lisboa, Evaldo Cabral de Mello fez nova imersão aos arquivos, dentre eles, o da Torre do Tombo, pesquisa que foi fundamental para a escrita de *O nome e o sangue...* (1989). Nesta obra, ao abordar sobre uma falsificação genealógica que escondia a origem cristã-nova de uma de suas personagens, Cabral de Mello ilustrava aspectos importantes para se apreender sobre a mentalidade dos que viveram o Antigo Regime em Portugal e Espanha. Também nessa obra, o historiador deu pistas de como redigia seus livros e guardava documentos relevantes para se ater a eles com acuidade em um momento seguinte. Em *O nome e o sangue*, para exemplificar como um determinado cristão-novo aristocrata pouco foi incomodado pela Inquisição no Brasil, Evaldo Cabral de Mello citou que este personagem não foi chamado pelo Santo Ofício nem mesmo para falar sobre um escravo processado por blasfêmia. Somente alguns anos depois, o público de Evaldo Cabral de Mello viria a saber mais sobre as peripécias e resistências de “José, mulato, escravo de Fernão Soares”, protagonista do artigo *Como manipular a inquisição para mudar de senhor* (1992), ensaio que pode ilustrar o uso da micro-história por este pesquisador, a partir de estudos sobre um processo-crime.

Evaldo Cabral de Mello não escapou de polêmicas historiográficas. Questionador das comemorações históricas, devido aos usos políticos do passado, foi um dos maiores críticos aos eventos em torno dos 200 anos da chegada de D. João VI ao Brasil. A tese de Evaldo Cabral de Mello é que a mudança da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 não teve impacto significativo na unidade do Brasil, chocando-se com o pensamento de José Murilo de Carvalho (*D. João VI e as histórias dos Brasis*, 2008). Evento que, antes de tudo, significou mais e mais cobranças de impostos junto às províncias, especialmente sobre Pernambuco, sendo essa insatisfação um dos motivos da Revolução Pernambucana de 1817. Por isso, comemorar o bicentenário seria participar de uma “festa da espoliação” imposta a uma parte das províncias para sustentação do aparato burocrático da Corte (M. Hélio, *A festa da espoliação*, 2008). Contra a “visão saquarema” de que o Brasil estava fadado a uma unidade a partir do processo de Independência de 1822, a leitura de Evaldo Cabral vai no sentido oposto ao enfatizar o federalismo, o republicanismo e o sentimento nativista antilusitano, em oposição ao projeto de centralização que sairia vencedor, de D. Pedro I. A formação



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do império brasileiro, após a independência frente à Portugal, se daria com resistência, como ilustram os insatisfeitos da Confederação do Equador (1824). “O que deveria ter sido nossa revolução nacional, a Independência, foi, na realidade, uma contra-revolução comandada do Rio por um príncipe e empreitada por uma elite de altos funcionários públicos ameaçada na sua própria existência pelas cortes de Lisboa”, sustenta Evaldo Cabral de Mello (*Um imenso Portugal*, 2002, p. 171), em concordância com o defendido por Raymundo Faoro, em *Os donos do poder* (1958), no que se refere à influência da camada burocrática no processo de ruptura com o império português. Como se vê, a obra *Um imenso Portugal* (2002), que reúne principalmente artigos que publicara no jornal *Folha de São Paulo* a partir do ano 2000, traz argumentos desenvolvidos em *A ferida de Narciso – ensaio de história regional* (2001) e outros que iria desenvolver em *A outra independência – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* (2004), que seria um acerto de contas do historiador com a historiografia saquarema. Outros temas também abordados em *Um imenso Portugal* seriam aprofundados em outras obras como *Nassau, governador do Brasil holandês* (2006); *O Brasil holandês (1630-1654)*, de 2010, *O bagaço da cana – os engenhos de açúcar do Brasil holandês* (2012) e *A educação pela guerra – Leituras cruzadas da história colonial* (2014).

Embora, como já se disse, não adepto a eventos comemorativos, Evaldo Cabral de Mello foi um dos historiadores agraciados em Portugal, em 2000, com o Prêmio D. João de Castro, pela obra *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*. A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, cujo comissário-geral à época era o historiador Joaquim Romero Magalhães, relançou a obra em 2001. *O negócio do Brasil* retomava o assunto da “guerra do açúcar” (pelo açúcar e financiada pelo açúcar). Se *Olinda restaurada* foi sobre a guerra contra os holandeses, em si, ressaltando como os dois lados em confronto se organizavam militarmente e como isso foi financiado, *Rubro veio* abordou o imaginário sobre a guerra. Já em *O negócio do Brasil*, também publicada em holandês em 2005, o autor centrou-se na esfera diplomática do conflito em Haia, uma vez que notava na historiografia a “falta sensível de uma análise das negociações internacionais”. Esta ênfase acabou por trazer um mal entendido sobre a obra, de que a recuperação do Nordeste foi fruto meramente de um acordo diplomático e uma transação comercial. Isso se deu porque na primeira edição de *O negócio do Brasil* a luta luso-brasileira em solo nordestino pouco fora enfatizada, pelo fato de o autor ter considerado que já havia se falado o bastante sobre isso em *Olinda restaurada*, inclusive (*O negócio do Brasil*, 2011, p. 10-11). Aliás, esta abertura para fazer ajustes em suas análises é uma das características do autor que, ao lançar nova edição de uma obra, revê, reescreve e até reordena trechos também “no fito de dar fluidez e transparência ao texto” (idem, p. 13). Para Evaldo Cabral de Mello, não é possível compreender a guerra brasileira sem voltar-se à restauração portuguesa. Ele defendeu que todo historiador interessado em pesquisar sobre o período colonial brasileiro deve estudar a historiografia portuguesa. Mello sempre analisou de forma crítica a relação entre metrópole e colônia e chegou a declarar em entrevista que os problemas do Brasil contemporâneo poderiam ser em grande parte explicados por duas questões vivas na administração pública desde o período colonial:



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

corrupção e incompetência. Ao descrever o período holandês, não deixou de demonstrar admiração pelo modo de administrar batavo, que seria mais organizado que o português, à época, e de maior tolerância religiosa. No entanto, quando indagado se o Brasil teria tido melhor sorte sob a condição de colônia holandesa, não descartou a hipótese, mas ressaltou que ex-colônias neerlandesas não ficaram livres de problemas socioestruturais como os sofridos pelos brasileiros.

**Bibliografia activa:** *Olinda restaurada – Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 1ª ed., Forence Universitária, S. Paulo, 1975; *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed., Editora 34, S. Paulo, 2007; *O norte agrário e o Império (1871-1889)*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984; *Rubro veio – O imaginário da restauração pernambucana*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986; *O nome e o sangue - Uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*, Companhia das Letras, S. Paulo, 1989; *Como manipular a inquisição para mudar de senhor*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 33, p. 115-127, jul. 1992 *A fronda dos mazombos - Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995; *O fim das casas-grandes*, In ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*, Companhia das Letras, São Paulo, 1997. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*, Topbooks, Rio de Janeiro, 1998; *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*, 3ª ed., Companhia das Letras, São Paulo, 2011; *A ferida de Narciso – Ensaio de história regional*, Editora Senac, São Paulo, 2001. *Um imenso Portugal. História e historiografia*, Editora 34, São Paulo, 2002; *A outra Independência – O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, Editora 34, São Paulo, 2004; *Nassau, governador do Brasil holandês*, Companhia das Letras, São Paulo, 2006. *O Brasil holandês (1630-1654)*, Companhia das Letras, São Paulo, 2010. *O bagaço da cana – Os engenhos de açúcar do Brasil holandês*, Companhia das Letras, São Paulo, 2012; *Pernambuco no período colonial*. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2ª ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. *A educação pela guerra – Leituras cruzadas da história colonial*. Companhia das Letras, São Paulo, 2014; *Discurso de Posse*, Academia Brasileira de Letras, 2015, disponível em <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1045/discurso-de-posse> .

**Bibliografia passiva:** BERTOL, Rachel, “Peripécias de Evaldo Cabral”. *Caderno Prosa & Verso*, Rio de Janeiro: O Globo, 2003; CARVALHO, José Murilo de, “D. João e as histórias dos Brasis”. *Revista Brasileira de História*, Vol. 28, n. 56, 551-572. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200014>; CORREIA, Éverton Barbosa, “A Poética Do Engenho: A Obra De João Cabral Sob a Perspectiva Canaveira”. Tese de doutorado em Letras, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-04072008-103445/>; HÉLIO, Mário, “A festa da espoliação”, *Jornal do Commercio*, Recife, 22.01.2008. Disponível em <https://fabriciosgomes.livejournal.com/2199.html>; HÉLIO, Mário, “Eles se detestavam”. Entrevista de Evaldo



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cabral de Mello. Revista Continente, Recife, Ano II, n. 21, p.13-17, set. 2002; MIRANDA, Tiago C.P dos Reis, “Conversas do Recife, em Lisboa (Encontro com Evaldo Cabral de Mello). Revista História, São Paulo, n. 122, p. 135-146, jan/jul. 1990; PUNTONI, Pedro. “O Saber historiográfico. Entrevista de Evaldo Cabral de Mello a Pedro Puntoni”. Novos Estudos (CEBRAP), n. 37, 1993, pp. 103-120; SCHWARCZ, L. M e STARLING, H.M, “Três vezes Brasil”. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019; SCHWARTZ, Stuart, “Sexteto pernambucano: Evaldo Cabral e a formação da consciência colonial e regional no nordeste”. In: SCHWARCZ, Lilian (Org.). Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello. Belo Horizonte: Ed. UFMG e Ed. Perseu Abramo, 2008, pp. 13-34; SCHWARTZ, Stuart, The American Historical Review, vol. 81, no. 4, 1976, pp. 1011–1012. Disponível em [www.jstor.org/stable/1865102](http://www.jstor.org/stable/1865102).

Daniel Vasconcelos Solon